

Pobres e ricos podem debater dívida externa só em março

25 DEZ 1983

JORNAL DE BRASÍLIA

Humberto Netto

Até o final do primeiro trimestre do próximo ano deverá ser realizada em Washington a primeira reunião dos presidentes dos maiores devedores da América Latina com seus credores industrializados. A realização do encontro, que segundo o Itamaraty poderá servir como ponto de partida para um diálogo em busca de solução política para o problema da dívida, é dada como quase certa pelo Governo brasileiro e faltaria apenas acertar as datas. Para os devedores, a cúpula deve acontecer em fevereiro, um mês após a posse de George Bush. Entretanto, em Washington circulam rumores de que o futuro presidente dos Estados Unidos prefere deixar o encontro para mais tarde. Ou seja: para depois que se faça uma ampla reformulação no chamado Plano Baker, criado em 1985 pelo então secretário do Tesouro, James Baker, e que nunca chegou a ser implementado.

Segundo o Itamaraty, a realização da reunião entre os presidentes

dos sete maiores devedores da América Latina (Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru, Uruguai e Venezuela, integrantes do Grupo do Rio) e credores (Estados Unidos, Canadá, França, Inglaterra, Itália, Japão e República Federal da Alemanha) resultará na introdução do indispensável componente político no diálogo sobre a questão da dívida.

Nova abordagem

Na avaliação da chancelaria brasileira, já é possível detectar uma mudança substantiva na postura dos países ricos em relação à dívida externa. Se num passado recente apenas a França se mostrava francamente favorável a buscar no diálogo político saída para o impasse, outras nações industrializadas, como a Alemanha Federal e o Japão, se revelavam credores intransigentes e inacessíveis ao diálogo. Mas de uns tempos para cá esse comportamento se modificou e diversos países ricos deram mostras

de caminhar rumo a uma certa abertura.

Essa mudança se confirmou imediatamente depois que o presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev, defendeu, na tribuna das Nações Unidas, a concessão de uma moratória de 100 anos para os devedores do Terceiro Mundo. Dias depois, foi a vez do presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush, revelar sua disposição de fazer uma profunda revisão em termos políticos e econômicos da estratégia a ser usada para tratar a dívida das nações em desenvolvimento.

Além de fazer o anúncio, Bush delegou a uma comissão formada por funcionários do Departamento do Tesouro poderes para encontrar "uma solução inovadora para o problema". A expectativa é de que até a posse de Bush (marcada para o dia 20 de janeiro) o grupo já tenha concluído um trabalho que servirá de subsídio para o futuro presidente na reunião com os dirigen-

tes de países industrializados e nações em desenvolvimento, em Washington.

Tanto as declarações de George Bush quanto sua decisão de criar uma comissão encarregada de realizar estudos que poderão contribuir para o novo Governo dos Estados Unidos modifique o tratamento dispensado à dívida pelo presidente Ronald Reagan foram recebidas com satisfação pelo Itamaraty.

Segundo um diplomata brasileiro, "é preciso ter em mente o fato de que enquanto o presidente Reagan sempre considerou a dívida externa uma questão a ser discutida por banqueiros e devedores, Bush vai muito além ao revelar que em sua opinião a dívida não só é uma séria ameaça à manutenção de regimes democráticos na América Latina e em outros países, como a considera capaz de colocar em risco relevantes interesses dos Estados Unidos. A partir daí fica notório que a situação começa a se modificar".